

BOLETIM DO PORTAL HISTÓRIA DA PSICOLOGIA 2

ORGANIZADORES

ANDRÉ ELIAS MORELLI RIBEIRO

GUNTHER MAFRA GUIMARÃES

MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS

YURI PEREIRA ANTUNES VIEIRA

ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA

LUIZ EDUARDO PRADO DA FONSECA



Organização:

André Elias Morelli Ribeiro

Gunther Mafra Guimarães

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Yuri Pereira Antunes Vieira

Arthur Arruda Leal Ferreira

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

Boletim do Portal História da Psicologia 2

Editora do Portal História da Psicologia

Rio das Ostras/RJ

2023

Editora do Portal História da Psicologia

A editora do Portal História da Psicologia é parte integrante do
Portal História da Psicologia

COORDENAÇÃO

André Elias Morelli Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

André Elias Morelli Ribeiro

Arthur Arruda Leal Ferreira

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Yuri Pereira Antunes Vieira

Gunther Mafra Guimarães

© 2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora do Portal História da Psicologia

Equipe de realização

Editor Responsável: André Elias Morelli Ribeiro

Revisão final: Gunther Mafra Guimarães

Capa: André Elias Morelli Ribeiro, com imagens geradas pelo Microsoft Designer AI

Projeto gráfico e diagramação: André Elias Morelli Ribeiro

Ficha Catalográfica

B688

Boletim do Portal História da Psicologia 2 [recurso eletrônico] / Organização: André Elias Morelli Ribeiro... [et al.]. – Rio das Ostras, RJ : Editora do Portal História da Psicologia, 2023. 325p.

ISBN: 978-65-997325-2-2

DOI: 10.5281/zenodo.8392599

1. História da Psicologia. 2. História da Psiquiatria I. Ribeiro, André Elias Morelli.

CDD 150.9

Ficha catalográfica elaborada por Janaine de Sá - CRB-7/7270

Sumário

Apresentação VI

Verbetes

A História da Psicologia no Brasil e suas Relações com o Contexto Sociocultural 16
Manuel Bomfim 80
Antonio Gomes Penna 93
Lacan 136

Artigo original

Vida, Obras e Ideias de Wilhelm Maximilian Wundt 163

Traduções

O Que é uma História Policêntrica da Psicologia? 191
Rumo a uma História Policêntrica da Psicologia 214
Presentismo e Diversidade na História da Psicologia 230

Tradução de Clássico

Definição de idiotia e imbecilidade 258
Comentários ao texto “Definição de idiotia e imbecilidade”, de Binet e Simon 280

Relatos

XV Encontro Clio-Psyché e VI Congresso Brasileiro de História da Psicologia: memórias, reencontros e afetos... 294

Entre a solidão e os encontros nas pesquisas em História dos
Saberes Psi 297

Lista de Autores 317

Contribuições para o Boletim do Portal História da Psicologia 322

A História da Psicologia no Brasil e suas Relações com o Contexto Sociocultural

Regina Helena de Freitas Campos

Tradução de Gunther Mafra Guimarães

Publicado originalmente em: Campos, R. H. de F. History of Psychology in Brazil, publicado em 2021 na Oxford Research Encyclopedia of Psychology.

Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.753>

Resumo

Os estudos sobre a história da psicologia brasileira geralmente se concentram na recepção e circulação de teorias e técnicas psicológicas elaboradas na Europa e na América do Norte, e nas suas aplicações em pesquisas e práticas psicológicas no país. Essa abordagem deve ser complementada com o estudo da transformação e produção do conhecimento psicológico proveniente da cultura brasileira, incluindo de suas camadas populares, e sua interação com as ideias importadas de outros países. Existem ao menos quatro raízes que estão presentes na formação da cultura brasileira: as ideias dos indígenas sobre a natureza e desenvolvimento humano; as contribuições da cultura africana para a compreensão do mundo psicológico, trazidas pelos africanos vendidos como escravos e transferidos ao Brasil entre os séculos XVI e XIX; as perspectivas europeias recebidas através do ensino da psicologia filosófica, introduzidas em instituições educacionais católicas no período colonial; e a psicologia científica, introduzida nas faculdades públicas de medicina e em instituições de formação

de professores a partir do século XIX. A profissão de psicólogo, nascida do encontro entre as profissões de médico e de educador, foi regulamentada em 1962. As tarefas do psicólogo foram definidas na época: avaliação psicológica através de testes mentais, diagnóstico de problemas mentais e comportamentais, orientação psicológica e psicoterapia. A profissão foi principalmente concebida para as elites intelectuais e sociais. A partir da década de 1990, com o crescente número de graduados, a participação dos psicólogos nas instituições de saúde pública, educação e de serviços sociais expandiu rapidamente. Consequentemente, os psicólogos começaram a desenvolver práticas e técnicas de intervenção mais adequadas às exigências das populações de baixa renda, imersas nas crenças e práticas da cultura popular brasileira. Esse diálogo colaborou para o surgimento de inovações na psicologia, tornando-a mais sensível às visões de mundo das culturas que compõem o panorama cultural brasileiro, e produzindo contribuições originais com um profundo impacto na psicologia contemporânea. Atualmente, os psicólogos profissionais brasileiros constituem uma das maiores comunidades de psicólogos no mundo, com uma forte presença nas redes de saúde mental, educação e serviços sociais. O trabalho dos psicólogos, fortemente influenciado por perspectivas teóricas que enfatizam a relação entre as dinâmicas socioculturais e a elaboração psicológica, é considerado relevante para a efetivação dos ideais dos direitos humanos neste momento.

Palavras-chave: história da psicologia no Brasil, cultura brasileira, higiene mental, educação, profissão de psicólogo, psicologia nas políticas públicas

Introdução - História da Psicologia e o Contexto Cultural

O conhecimento sobre a psique humana tem longa data (Robinson, 2013). As sociedades humanas são compostas por pessoas dotadas de reflexividade (Morawski, 2020), logo, refletem sobre si mesmas, suas vidas, pensamentos, sentimentos e ações, elaborando suas próprias concepções sobre a natureza e práticas humanas. A psicologia enquanto campo do conhecimento pode ser vista como “um conjunto de teorias e práticas enraizadas socialmente que tanto reificam quanto refletem os contextos de onde se originam e para onde retornam” (Pickren & Rutherford, 2010, p. xvii). Essas ideias e práticas ligadas à dimensão psicológica da existência humana podem ser, de maneira geral, incluídas dentro do campo de estudos da história das ideias psicológicas (Massimi, 2020). Elas também podem ser consideradas como parte da história social, quando vistas de uma perspectiva historiográfica externalista (Lakatos, 1989), focando em suas relações com o contexto social e cultural nas quais são produzidas ou apropriadas, em um processo denominado “indigenização”, quando são combinadas com ideias e demandas locais (Danziger, 2006; Kelley, 2002). Além disso, o conhecimento produzido por seres humanos sobre si mesmos pode influenciar a maneira como vivem e interpretam suas próprias ações em sociedade, um processo descrito por Hacking (1999) como “efeito looping”. Nesse sentido, a construção do conhecimento psicológico, compreendido como o conjunto de visões e interpretações dos pensamentos, sentimentos e ações humanas, está profundamente enraizado no contexto social e cultural onde é inventado, difundido e apropriado através da interação humana. Por

esse motivo, o conhecimento psicológico está fortemente ligado à sua realidade geográfica e histórica.

Neste artigo, a história da psicologia no Brasil é abordada. Aqui, entende-se que a palavra “psicologia” se refere à história de um campo de conhecimentos culturais, filosóficos, científicos e profissionais, e de práticas sobre pensamentos, sentimentos e ações humanas, desenvolvidas no país desde o início da colonização portuguesa em 1500.

Os historiadores da psicologia geralmente descrevem o campo do pensamento psicológico em termos de ideias e explicações sobre a natureza humana produzidas por culturas e sociedades humanas em diferentes períodos históricos, a partir de um ponto de vista cultural ou filosófico, ou como um campo de investigação científica que faz parte da ciência moderna. Ideias psicológicas podem ser relacionadas à evolução do pensamento filosófico, destacando reflexões sobre a natureza humana e as estruturas psicológicas exploradas por antigos pensadores, na tentativa de estabelecer continuidade na história do pensamento (por exemplo, Allport, 1968; Boring, 1950; entre outros). Outros historiadores enxergam uma ruptura nessa história com o nascimento da ciência moderna, do século XVI em diante, principalmente a partir do século XIX, quando os primeiros laboratórios de psicologia foram inaugurados (Danziger, 2013; Hilgard, 1987; Reuchlin, 1999, entre outros). De acordo com Brožek (1999, p. 179), “o termo *‘psychologia’* apareceu no século XVI, na Europa, como um termo erudito equivalente ao título dos tratados tradicionalmente nomeados em latim como *De anima* (Da Alma)”, na tradição aristotélica. Vidal (2011) data o século XVIII como o

período de institucionalização do campo da psicologia na modernidade.

A história da psicologia no Brasil também pode ser dividida em períodos, cada um deles dominado por perspectivas culturais ou filosóficas da compreensão humana, ou por abordagens científicas, empíricas, das mentes, sentimentos e comportamentos humanos, começando com a descoberta feita pelos navegadores portugueses, em 1500, do território da América do Sul onde o país se localiza. Esses períodos são: (1) o período colonial, entre 1500 e 1822, quando a região foi colonizada pelo império português e, brevemente, pelo império espanhol, que dominou Portugal entre 1580 e 1640 enquanto colonizava regiões da América Central e da América do Sul. Durante esse período, a população do país foi formada, miscigenando indígenas, colonizadores portugueses, missionários e comerciantes estrangeiros que vieram de outras regiões do globo, e escravos trazidos da África. Naquela época, a composição da população teve um impacto considerável no desenvolvimento das ideias psicológicas. Pode-se diferenciar as concepções dos indígenas sobre a natureza humana, os ensinamentos de padres católicos e missionários sobre as ideias da psique, derivadas da tradição aristotélico-tomista da filosofia, e as influências das mitologias e religiões populares da África. Como nenhuma universidade foi criada no país durante esse período, as elites brancas eram majoritariamente educadas em Portugal, na Universidade de Coimbra, ou em colégios jesuítas fundados nos maiores centros urbanos (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo), onde circulavam as ideias da clássica tradição filosófica da Europa. (2) O período imperial, que começou com a declaração de independência

de Portugal, em 1822, e terminou com a proclamação da república brasileira em 1889. Durante esse período, abordagens filosóficas e científicas da psique humana, que originaram na Europa, circularam nas recém criadas faculdades de medicina e direito, e contribuíram para a formação do higienismo e para a orientação moral da população por médicos em contato com as universidades europeias, um movimento que promoveu maior circulação da ciência moderna no interior do país. (3) O período republicano, de 1889 em diante, quando a circulação e o desenvolvimento da psicologia científica começaram nas recém criadas escolas de formação de professores, universidades e instituições de saúde mental, promovendo produções originais no campo da psicologia científica e a expansão dos serviços psicológicos. (4) De 1962 até o presente, quando a profissão de psicólogo foi regulamentada, e quando a formação de psicólogos a nível universitário foi expandida e contribuiu para a composição de uma das maiores comunidades de psicólogos no mundo, com uma forte conexão e diálogo com a cultura brasileira (Antunes, 1999; Massimi, 1990). Durante esse período, pode-se observar também uma contínua institucionalização dos programas de pesquisa e pós-graduação na área, com ênfase na relação entre psicologia e processos socioculturais.

Neste artigo, o termo “psicologia” será compreendido com diferentes significados, a depender do período histórico analisado. Reflexões sobre a psique humana e práticas sociais referentes às emoções e à esfera moral, durante o período colonial, serão compreendidas como parte da história das ideias psicológicas. Do século XIX em diante, com o estabelecimento dentro do país das instituições de ensino superior nas áreas da medicina e do direito,

das escolas de formação de professores e o início de um sistema de saúde mental gerido por médicos, a palavra “psicologia” referenciará as produções intelectuais relativas à ciência moderna. Começando pela segunda metade do século XX, com a regulamentação legal da profissão de psicólogo e o aumento do número de atuantes no campo, na sua maioria mulheres, a palavra referenciará tanto as produções científicas quanto a aplicação do conhecimento psicológico nas instituições de educação, trabalho e saúde mental, assim como na prática privada. Durante esse período posterior, uma característica já observada nos períodos anteriores e reconhecida como uma contribuição original da psicologia produzida na América Latina, especialmente no Brasil (Campos, 2006; Jodelet, 2015) — a ênfase na dimensão sociocultural da experiência humana dentro do campo da psicologia, com uma notória presença da psicologia social na educação dos psicólogos no país —, será explorada e documentada no processo de profissionalização dos psicólogos brasileiros.

Este artigo se baseia em uma leitura metateórica da literatura mais recente sobre a história da psicologia no Brasil, desde o estabelecimento do grupo de pesquisa sobre história da psicologia na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Campos, Jacó-Vilela, & Massimi, 2010). Diversos trabalhos investigaram fontes originais encontradas em arquivos históricos brasileiros (Antunes, 1999; Assis & Peres, 2016; Bomfim, 2003; Facchinetti & Jacó-Vilela, 2019; Massimi, 1990; Massimi & Guedes, 2004; Rocha, 2004; entre outros). Outros estudos foram desenvolvidos, alguns com auxílio do Conselho Federal de Psicologia, fundado em 1971, documentando a história e avanços

recentes na profissão de psicólogo no país (Bastos & Gondim, 2010; Bock, 1999; Campos, 2001; Conselho Federal de Psicologia, 1988, 1992, 1995; Yamamoto & Costa, 2010). Vários desses estudos documentam a interação entre a diversidade sociocultural do Brasil e o desenvolvimento da psicologia no país, seja como um campo de pensamentos filosóficos e culturais, de investigação científica ou de práticas profissionais.

Ideias Psicológicas no Período Colonial (1500-1908) – Encontros e Contradições entre Culturas

A cultura brasileira, que começou a ser formar em 1500 com a descoberta e colonização do imenso território da América do Sul pelo reino de Portugal, desenvolveu-se progressivamente a partir da miscigenação de diferentes povos: os indígenas, habitantes originários do território; os africanos, levados ao país para trabalharem como escravos nas grandes plantações e no meio urbano entre os séculos XVI e XIX; os próprios portugueses, que criaram organizações econômicas, políticas e culturais durante o longo período colonial entre o século XVI e o início do XIX; e também viajantes, comerciantes e imigrantes de diferentes partes do mundo que se estabeleceram no país ao longo de sua história (Azevedo, 1996; Ribeiro, 2015).

A contribuição desses grupos, das mais variadas origens, para a construção dos filamentos socioculturais que constituem a principal característica na formação do povo brasileiro, resultou em encontros entre diferentes visões de mundo e formas de vida social, acompanhados tanto pela empatia quanto pelo conflito. Para

explicitar isso, as características psicológicas e psicossociais dos indígenas, europeus e africanos, que formaram essa cultura brasileira majoritariamente sincrética, serão brevemente apresentadas, tendo todas deixado profundas marcas ao longo do tempo. Uma destas, ainda presente na sociedade brasileira contemporânea, é a extrema desigualdade social e cultural estabelecida no país, com as elites tradicionais, detentoras do poder econômico e político, de um lado, e os outros grupos étnicos vivendo predominantemente na pobreza, do outro (Skidmore, 2004; Souza, 2018). A participação destes na distribuição de riquezas sempre foi limitada, apesar das contribuições bastante sofisticadas que incorporaram à diversificada composição social e cultural do Brasil.

Cultura indígena

Quando os colonizadores portugueses desembarcaram pela primeira vez na parte leste da América do Sul, eles encontraram os habitantes originários, os aborígenes, os quais chamaram de “os povos indígenas”. Aproximadamente 1.000.000 de indígenas viviam espalhados ao longo do território em comunidades autônomas, ramificadas a partir de um tronco principal chamado Tupi-Guarani, o qual havia habitado a região por inúmeras gerações (Ribeiro, 2015). Esses povos tradicionais foram divididos em aldeias independentes uma das outras, que viviam sob um regime descrito como “comunismo primitivo” (Saviani, 2010), em comunidades que compartilhavam seus meios de subsistência. Eventualmente, as aldeias iriam entrar em conflito pela exploração do melhor pedaço de terra ou por outros motivos. A história dessas aldeias e de suas

culturas foi transmitida oralmente, no interior de um sistema social baseado em laços familiares e comunitários.

As informações sobre os estilos de vida, representações do mundo, crenças e línguas dos povos indígenas na época da descoberta e durante o período colonial, estão apenas disponíveis em relatos de viajantes, colonizadores e missionários que estiveram no território que chamamos de Brasil hoje em dia. Esses relatos fornecem evidências dos diferentes pontos de vista dos visitantes em relação aos aspectos psicológicos e psicossociais da cultura aborígene.

Existem relatos que descrevem os povos indígenas vivendo em uma relação quase paradisíaca com a natureza, suas famílias, crianças e com a comunidade, consonante ao mito do *bon sauvage* de Rousseau, o qual alguns autores consideram ter sido inspirado por esses povos ancestrais encontrados na América (Dent, 1996). Nesses relatos, os habitantes da terra são retratados como pacíficos, e amorosos para com suas crianças (Massimi, 1990).

Outros relatos, como aqueles produzidos por Manoel da Nóbrega, que também foi um jesuíta e o primeiro líder provincial da Companhia de Jesus no Brasil, escritos entre 1549 (data do começo das missões jesuíticas no país) e 1561, fornecem uma visão mais pessimista da relação com os povos indígenas. Em seus relatos sobre o contato com os indígenas, Nóbrega relata tanto experiências positivas (a cordialidade dos indígenas ao receberem os missionários) quanto negativas, quando se depara com a resistência ao seu projeto de evangelização causado pelas crenças e costumes aborígenes (Massimi, 1990; Nóbrega, 2006).

O antropólogo Claude Lévi-Strauss (2007), ao descrever a estrutura de uma aldeia indígena no Brasil da década de 1930, percebeu o seguinte: o ser humano, para os nativos, não era considerado um indivíduo autônomo, mas uma pessoa, que faz parte de um universo sociológico existente desde tempos imemoriais, dentro do qual os papéis dele ou dela teriam sido desde sempre prescritos. Essa atribuição prévia de funções estaria inscrita na própria estrutura da aldeia, onde a localização das moradias e as regras para habitá-las determinariam os papéis sociais e as visões de mundo dos habitantes. Essa concepção, genericamente denominada “perspectivismo” na antropologia (Viveiros de Castro, 2002), enxerga o mundo como habitado por diferentes espécies de sujeitos (humanos e não humanos), os quais o apreendem a partir de diferentes pontos de vista. Nesse mosaico de perspectivas, tanto humanos quanto não humanos podem enxergar-se como pessoas, dotadas de espírito, e por vezes com intencionalidade. O universo seria então povoado com intencionalidades humanas e não humanas dotadas com suas próprias perspectivas. Essa cosmologia parece expressar uma certa fragilidade do humano diante das forças da natureza.

Cultura europeia

A colonização do território brasileiro pelos portugueses começou em 1500, com sua descoberta feita por uma frota portuguesa que descia a costa africana a caminho das então chamadas Índias Orientais. Segundo Saviani (2010), tal processo foi realizado em três dimensões: tomando a posse da terra e

explorando-a, o que implicava a subjugação dos habitantes locais (os moradores originais); sua educação na forma de aculturação, isto é, a imposição ao colonizado das práticas, técnicas, símbolos e valores dos colonizadores; e a catequização, compreendida como a busca de conversão do colonizado à religião do colonizador e sua disseminação. Nesse sentido, e como o estado português estava associado à religião católica, os primeiros missionários ligados à Igreja Católica Romana desempenharam um importante papel na primeira formatação das dimensões psicológica e psicossocial do ser humano no contexto colonial.

Os jesuítas, orientados diretamente por Inácio de Loyola e pela Companhia de Jesus, fundada por ele com o objetivo de levar a religião católica aos novos impérios coloniais sendo formados no Novo Mundo e na Ásia, inauguraram várias escolas nas primeiras cidades brasileiras, onde implantaram o método educacional do *Ratio Studiorum* e o ensino da psicologia filosófica (Saviani, 2010).

A psicologia ensinada no ciclo de estudos superiores das escolas jesuítas concentrava-se no estudo dos processos psicológicos descritos na matriz filosófica de Aristóteles e São Tomás de Aquino, e na leitura de tratados escritos em Coimbra, Portugal. Estes foram utilizados no ensino de filosofia da Universidade de Coimbra, e chegaram ao Brasil na bagagem dos missionários a partir do século XVI. Eles buscavam reconciliar a filosofia clássica com problemas do cotidiano, para que os padres pudessem transmitir conhecimento e valores em suas missões de evangelização (Massimi, 2020).

Essa psicologia ensinada nas escolas jesuíticas era utilizada por padres nas missas realizadas em inúmeras paróquias espalhadas

por todo território brasileiro. Assim, enquanto as escolas promoviam uma formação de elite para os noviços, filhos de grandes proprietários de terras e de funcionários públicos, que moravam nas cidades maiores espalhadas ao longo da costa brasileira, a educação básica era dada nas residências das classes mais ricas e nas paróquias. Nessas paróquias, o sermão era proferido nas missas de domingo e em outras festividades; muitos dos famosos sermões foram publicados posteriormente. Essas falas dos religiosos tinham uma função educativa, sendo seus objetivos evangelizar a população e transmitir as histórias sagradas com seu significado moral. Nesse processo, eles ocuparam um lugar importante na transmissão da cultura cristã ocidental à população local, tanto urbana quanto rural (esta última sendo a maioria) (Massimi, 2020).

Cultura africana

Outra fonte de conhecimento psicológico e de sincretismo cultural pode ser encontrada nas raízes africanas, as quais vieram a compor parte da cultura brasileira através da chegada de trabalhadores escravos, que contribuíram para a geração de riquezas na agricultura, criação de gado e mineração, constituindo o panorama econômico do período colonial a partir da metade do século XVI. Os africanos eram vendidos como escravos para trabalharem nas grandes propriedades rurais e, no ambiente urbano, nos lares das famílias mais prósperas. Por meio desse tráfico, o Brasil recebeu aproximadamente 5 milhões de africanos, representando 40% dos 12.5 milhões que embarcaram à América ao longo de três

séculos e meio. Por esse motivo, hoje o país apresenta a segunda maior população negra do planeta, atrás apenas da Nigéria. Também foi, entre os países do Novo Mundo, o que mais demorou para abolir o tráfico de escravos (interrompido em 1850) e o último a proibir a própria escravidão, através da Lei Áurea de 1888, que proibiu o trabalho escravo em território brasileiro de maneira definitiva (Gomes, 2019).

O antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987), que realizou estudos aprofundados sobre a composição da sociedade brasileira durante o período colonial, afirma que, a partir de 1532, tal composição era predominantemente formada por famílias rurais ou semi rurais, dependentes da agricultura e da escravidão, junto da influência intelectual da Companhia de Jesus. A família teria sido o fator colonizador por excelência, tanto como matriz econômica responsável pelas produtivas terras agrícolas — as plantations — bem como pela organização política, governada com mão de ferro pela aristocracia rural, sendo, portanto uma fonte de normas culturais. Foi justamente a necessidade de trabalhadores nas grandes plantações que promoveu o tráfico de africanos escravizados, trazidos através do Oceano Atlântico por três séculos. Os africanos trouxeram consigo suas crenças e tradições culturais, e gradualmente fizeram suas contribuições para a formação da cultura brasileira. Eles pertenciam a diversos povos africanos, especialmente aos grupos Bantu e Sudanês (Freyre, 1958).

O sistema escravocrata apresenta influências positivas e negativas na composição social brasileira. Pelo lado negativo, as características psicológicas e psicossociais que a escravidão promove não podem ser negadas: a disparidade social e política criada entre

seres humanos (Schwarcz, 1993). A primeira tendência dos colonizadores havia sido, obviamente, tentar escravizar os indígenas, mas essa tendência se deparou com a implacável resistência dos catequistas, o que levou os donos de terra e comerciantes a buscarem a alternativa do tráfico negreiro, com todos os problemas e insuficiências que decorreram desse processo. Entre eles, houve principalmente a separação social entre pessoas livres e escravizados, e os hábitos nem um pouco humanitários que a situação provocou entre aqueles que estavam do lado privilegiado da relação senhor-escravo. Esse desequilíbrio de poder causado pela escravatura é o que teria gerado o preconceito de cor na cultura brasileira (uma maneira tendenciosa e antiética de justificar a escravidão dos africanos). Também foi responsável pela presença daquilo que o antropólogo Gilberto Freyre (1958) chamou de relações sadomasoquistas, junto das outras formas de autoritarismo exacerbado e desumano entre brancos e negros, numa dialética destrutiva.

Por outro lado, a presença dos africanos trouxe influências culturais e práticas com um forte impacto na mente popular, e na organização espontânea de um sistema comunitário de ajuda e aconselhamento em relação a questões psicológicas e psicossociais.

Religiões de origem africana foram a fonte, por exemplo, do dito candomblé, na Bahia, ou da macumba, no Rio de Janeiro, religiões sincréticas com raízes no período colonial que misturam influências africanas, ameríndias, católicas e espíritas em sistemas religiosos de crenças e práticas panteístas, com muitos seguidores nas classes populares do Brasil (Bastide, 2001).

A presença de religiões e cultos de origem africana, portanto, como a macumba e o candomblé, tem marcado a sociedade brasileira desde o período colonial. Essa presença contribuiu para a disseminação de conhecimentos psicológicos e de práticas socioculturais entre as populações mais pobres, resultantes da mistura de elementos das culturas africana, ameríndia e cristã ocidental, com um forte impacto na cultura tradicional brasileira. A partir dessas misturas emergem novas formas de conceber os fenômenos psicológicos e psicossociais, e também a organização de uma extensa rede voltada para a reflexão sobre questões ligadas ao desenvolvimento humano, à regulação da coexistência entre as pessoas e grupos sociais e à vida familiar. Essas questões persistiram na sociedade brasileira, e seriam abordadas pelo conhecimento científico e psicológico que circulou no país a partir do final do século XVIII, sobretudo nas áreas médica e educacional.

Século XIX – O Período Imperial e a Inserção da Cultura Científica no Brasil

Para entender como a ciência moderna chegou ao Brasil, é necessário compreender as transformações que ocorreram no sistema educacional português e brasileiro ao final do século XVIII. Naquela época, uma profunda reforma educacional foi iniciada em Portugal, na tentativa de superar os ensinamentos ministrados pelos jesuítas e outras congregações, e promover:

o desenvolvimento da cultura geral, o incremento das indústrias, o progresso das artes, o progresso das letras,

o progresso científico, a vitalidade do comércio interno, a riqueza do comércio externo, a paz política, a elevação do nível de riqueza e bem-estar. (Pombal, citado por Saviani, 2010, p. 81).

Essencialmente, o projeto da Coroa Portuguesa (que incluía o Brasil, sua maior e mais importante colônia) era claramente promover a modernização da sociedade, por meio de reformas educacionais que tornariam o ensino mais prático e compatível com a ciência moderna. A reforma social também incluiu a extinção dos privilégios da nobreza, a expulsão dos jesuítas do território português e a união da igreja ao estado (tornando-a independente de Roma). As escolas jesuítas, tanto na metrópole como nas colônias, foram fechadas, substituindo seu ensino ministrado às elites por um sistema de “aulas régias” mantido pela monarquia. Nesse sistema, o qual levou alguns anos para ser estabelecido em todo o império, os professores pagos pela Coroa Portuguesa deveriam ensinar a leitura, escrita, aritmética, noções do latim, grego, retórica, e filosofia em escolas chamadas “inferiores” ou em suas casas. Ao mesmo tempo, uma ampla reforma no ensino universitário foi levada a cabo, aplicada na Universidade de Coimbra (a mais importante do Império Português, fundada em 1290) e em outras instituições de ensino superior existentes em Portugal.

A criação dessas primeiras escolas profissionais no Brasil foi uma das consequências da transferência da capital do Império Português ao Rio de Janeiro em 1808, e a instituição, em 1816, do Reino Unido, o qual congregou os territórios de Portugal, Brasil, e das outras colônias portuguesas na África e Ásia. A transferência da

corte, resultante da invasão de Napoleão à Península Ibérica, impulsionou a criação, em 1808, da Escola de Cirurgia da Bahia, e da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Ambas foram fundadas junto aos hospitais militares reais nessas cidades, os maiores centros urbanos brasileiros da época.

Em 1822, o país tornou-se politicamente independente com o imperador Pedro I (1798-1834), filho do rei de Portugal, D. João VI (1767-1826), que havia retornado à metrópole alguns anos antes, assumindo o poder. A independência promoveu a reorganização política, social e cultural do país, numa perspectiva mais pragmática. A nova elite dominante, liderada por intelectuais e profissionais formados na Europa (Coimbra, França, Bélgica), e inspirada pelas teorias mecanicistas e sensualistas, assumiu o controle do projeto de modernização do país. Nesse processo, escolas de nível superior, academias, sociedades científicas e bibliotecas foram criadas. Em 1832, as Faculdades de Medicina e de Direito foram efetivamente organizadas. As teses defendidas nessas novas faculdades de medicina constituem uma importante fonte para o desenvolvimento das primeiras abordagens científicas da psicologia no país. Estudos já realizados sobre esse conjunto de trabalhos e sobre as práticas médicas do período fornecem evidências de que a formação em psiquiatria, no decorrer do século XIX, foi construída principalmente sob a influência da medicina francesa e, em menor medida, sob as escolas alemãs e inglesas. Os profissionais da medicina, no geral um pequeno número quando comparados ao tamanho da população, eram generalistas, dando prioridade à chamada medicina familiar. Nessa posição, tratavam os membros do grupo familiar como clínicos, cirurgiões ou parteiros, e também

exerciam a função de conselheiros, sendo consultados sobre dificuldades domésticas, problemas de saúde física, bem como questões de saúde mental. Assim, eles desempenharam um importante papel, não apenas como profissionais da saúde, mas também como veículos de transmissão da cultura científica e na orientação da população acerca dos hábitos de higiene, física ou mental. Algumas das teses, defendidas tanto na Faculdade de Medicina da Bahia quanto no Rio de Janeiro, lidam com os aspectos psicológicos e psicossociais da saúde, e foram situadas na esfera da medicina social a partir da perspectiva da matriz higienista. O projeto médico da época foi efetivamente civilizar a população, considerada um tanto ignorante das técnicas modernas de saneamento e de higiene, física e/ou mental. As ideias do psiquismo também reaparecem renovadas nessas teses. A abordagem psiquiátrica de caráter mais organicista iria prevalecer, principalmente após a inauguração do primeiro hospital psiquiátrico do Brasil, o Hospício Pedro II, iniciado em 1852 no Rio de Janeiro. A partir desse momento, as cátedras de psiquiatria higiênica, psiquiatria clínica e de doenças mentais foram criadas, as quais, em associação às cátedras já existentes de medicina forense, marcaram o começo da organização do campo da psiquiatria tanto em termos teóricos quanto práticos. Os principais autores estudados foram os psiquiatras franceses Philippe Pinel (1745–1826), Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772–1840) e Bénédict-Augustin Morel (1809–1873). Esses teóricos, adeptos do internamento em hospícios para os indivíduos que sofrem de doenças mentais, consideravam que a loucura tinha causas tanto físicas quanto morais. O tratamento que eles apoiavam incluía a disciplinarização do doente, rotinas

rigorosas nos hospitais, e atividades para controlar as emoções e os sentimentos. Entre os doentes mentais, estavam incluídos os chamados idiotas e retardados. A teoria da degeneração de Esquirol postulava ainda que a alienação mental seria causada por predisposições inatas, agravadas por influências ambientais tanto físicas (clima, condições não higiênicas de alojamento ou de nutrição) como morais (ignorância, fanatismo, perturbação dos costumes). Nesse caso, o tratamento também incluiria a mudança de hábitos, uma questão psicológica (Jacó-Vilela, Esch, Coelho, & Rezende, 2004; Lourenço Filho, 2004; Pessotti, 1975; Rocha, 2004).

Outros autores que influenciaram a psiquiatria brasileira, mais próximo ao final do século XIX e início do século XX, foram Wilhelm Wundt (1832–1920), o fundador do laboratório de psicologia da Universidade de Leipzig, na Alemanha, em 1879, também conhecido como o fundador da psicologia científica, e Théodule Ribot (1839–1916), fundador da Sociedade de Psicologia Fisiológica na França, em 1885. Tanto Wundt quanto Ribot influenciaram o desenvolvimento da psiquiatria no Brasil na busca de apoiar a psicologia em estudos empíricos, rompendo com a tradição de especulações filosóficas (Lourenço Filho, 2004).

Essas novas fontes teóricas, na medida em que buscavam definições experimentais em psicopatologia, também foram importantes pelas suas propostas de intervenções práticas na gestão da vida humana em cidades brasileiras, as quais estavam iniciando o processo de expansão que se intensificaria ao longo do século XX. Essas intervenções visavam promover o contato mais direto dos profissionais da saúde mental com a realidade das famílias brasileiras, sobretudo a das periferias urbanas, que sofriam com a

falta de oportunidades educacionais e eram fortemente influenciadas pelas crenças da cultura tradicional, ameríndia ou afro-brasileira (Machado, Loureiro, Luz, & Muricy, 1978).

Um documento interessante que fornece evidências do nível de informação sobre as tendências europeias na psicologia científica, que circulou no Brasil em meados do século XIX, é o livro publicado por Dr. Eduardo Ferreira França (1809-1857) na Bahia, em 1854. França graduou-se com um diploma de medicina na Universidade de Paris em 1834, e tornou-se professor na Faculdade de Medicina da Bahia. Enquanto foi estudante em Paris, ele estudou as obras do filósofo francês Étienne Condillac (1714–1780), que defendia que todas as ideias provêm das sensações e propôs um método para analisar as ideias, reduzindo-as aos seus elementos mais simples. Estudou também as obras de Maine de Biran (1766-1824), um filósofo espiritualista que propôs a análise da consciência através da introspecção; os dois autores fizeram parte da história da psicologia na França (Nicolas, 2001).

A principal obra de França, *Investigações em Psychologia*, publicada em 1973, é apresentada em dois volumes, um com 284 páginas e outro com 424 páginas. Considerado por Rocha (2004) um dos primeiros livros escritos nas Américas que contém a palavra “psicologia” no título, a obra está dividida em seis seções, abordando os seguintes assuntos: (a) a consciência e suas faculdades; (b) modificabilidade (sensibilidade, afetividade); (c) motividade (movimentos); (d) faculdades intelectuais I (percepção interna e externa, relações entre suas qualidades e hábitos); (e) faculdades intelectuais II (sensibilidade cerebral, sono, sonhos, consciência, razão, memória, imaginação, abstração, composição, generalização,

juízo, faculdade do futuro, faculdade da fé, ideia), instintos (físicos, intelectuais, sociais e morais); e (f) vontade. O autor refere-se à psicologia como uma ciência moral, e postula que:

há no homem duas ordens bem distintas de fenômenos, os fisiológicos e os psicológicos; que a separação entre a fisiologia e a psicologia firma-se em uma base sólida. [...] Estas duas ciências esclarecem-se mutuamente, mas não deixam por isso de ser distintas e hoje não é lícito confundir a psicologia com a fisiologia sem mostrar que se desconhece o que é o homem. (França, 1973, p. 50).

Nesse livro, escrito em 1854, França estava certamente anunciando o interesse pela psicologia científica que seria observado nos anos posteriores.

Ao final do século XIX, a influência do positivismo fortaleceu o movimento pela modernização do país. Para os intelectuais e políticos, influenciados pelo darwinismo social,

a forte presença de descendentes africanos e da miscigenação se tornou a principal justificativa para o atraso do país. A transformação da diferença biológica em justificativa da desigualdade social — como proposta pela teoria da degeneração na psiquiatria francesa — levou à conclusão de que, com o tipo de população que habitava o Brasil, o objetivo de construir uma nação civilizada como as da Europa era

praticamente impossível. (Facchinetti & Jacó-Vilela, 2019, p. 3).

Entretanto, nos próximos anos, novas medidas seriam tomadas pelos intelectuais brasileiros na tentativa de superar os problemas sociais do país.

Psicologia Científica e a Criação dos Primeiros Laboratórios e Serviços de Saúde Mental

Com o estabelecimento do regime republicano (1889), ampliou-se a consciência, entre as elites brasileiras, da necessidade de expandir e modernizar os sistemas públicos de educação e saúde no país. Alguns médicos e professores das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, interessados pela nova ciência da psicologia, entre eles Maurício de Medeiros (1885–1966) e Manoel Bomfim (1868–1932), visitaram laboratórios europeus, como o Laboratório de Psicologia da Faculdade de Medicina da Sorbonne, dirigido por Georges Dumas (1866-1946), e o Laboratório de Psicologia associado à *École Pratique des Hautes Études*, também vinculado à Sorbonne, dirigido por Alfred Binet (1857-1911). Também sabiam da existência do Laboratório de Psicologia da Universidade de Genebra, inaugurado por Théodore Flournoy (1854–1920) e posteriormente dirigido por Édouard Claparède (1873–1940). Retornando ao Brasil, alguns desses profissionais inauguraram os primeiros laboratórios de psicologia do país, associados a instituições de saúde mental e de educação. Sob a influência do positivismo, eles pensavam que a ciência seria uma

importante ferramenta para solucionar os problemas sociais e promover o desenvolvimento social e econômico do país. Seus trabalhos ajudaram a consolidar a psicologia enquanto uma disciplina acadêmica e um campo de aplicação entre nós (Campos, 2006; Lourenço Filho, 2004; Olinto, 2004).

A criação do primeiro laboratório de psicologia ocorreu no Rio de Janeiro, no Pedagogium, uma instituição criada em 1890 com a finalidade de oferecer cursos, promover o desenvolvimento de materiais pedagógicos avançados baseados em trabalhos experimentais nas áreas da física e das ciências naturais, e de publicar um periódico, a Revista Pedagógica. Em 1897, Medeiros e Albuquerque (1867-1934), diretor da instrução pública no Distrito Federal (na época, Rio de Janeiro, capital do país), promoveu no Pedagogium uma série de conferências sobre a fisiologia do sistema nervoso. As conferências foram dadas por Antonio Austregésilo (1876-1961), um dos primeiros médicos a se interessar pela psicanálise no Brasil. Ao mesmo tempo, o médico Maurício de Medeiros (1885-1966), voltado para estudos experimentais na psicologia (Medeiros, 1907), iniciou as atividades de um laboratório psicológico que tinha sido planejado com a ajuda de Alfred Binet, em Paris. Em 1906, Manoel Bomfim (1868-1932) tomou posse da direção do Pedagogium e assumiu a coordenação desse Laboratório de Psicologia, onde expandiu os estudos em psicologia e educação, e sobre o uso de testes mentais nas escolas (Antunes, 1999; Jacó-Vilela, 2014). Esse autor opôs-se às teorias racistas sobre a constituição do povo brasileiro, e participou ativamente no movimento pelos avanços na educação popular, que em sua opinião,

era a melhor forma de desenvolver a consciência de cidadania da população e a democracia no país (Bomfim, 1905).

Um segundo Laboratório de Psicologia (inicialmente denominado Laboratório de Pedagogia Experimental) foi criado em 1913, na Escola Normal de São Paulo, sob a direção de Ugo Pizzoli (1863-1934), um especialista italiano formado em Modena, na Itália. Pesquisas sobre o raciocínio, grafismo, memória, cinética, tipos intelectuais e associação de ideias em crianças foram realizadas nesse laboratório. Os cursos lecionados por Pizzoli abordavam exames físicos, antropológicos, fisiológicos e psicológicos (Centofanti & Tomasini, 2014). Após Pizzoli ter retornado à Itália, os professores Lourenço Filho (1897-1970) e Noemy Silveira (1902-1988) assumiram a direção do laboratório, e promoveram pesquisas sobre testes de desenvolvimento mental, investigações sobre o brincar, a leitura, a influência dos filmes nas crianças e a mensuração da aprendizagem infantil. Um novo teste para avaliar a maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita — o ABC — foi desenvolvido pela dupla na época, para ser utilizado no ensino primário. Esse teste consistia em uma adaptação da escala de inteligência Binet-Simon, e foi amplamente utilizado nas escolas brasileiras ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, Lourenço Filho desenvolveu estudos experimentais de processos psicológicos e publicou um artigo bem conhecido sobre o estudo experimental do hábito, definido como a constante de dada reação ao mesmo estímulo. A curva obtida em diversos estudos com seus alunos na Escola Normal de São Paulo foi considerada pelo autor um protótipo da curva de aprendizagem do ser humano, com:

um alto valor prático do ponto de vista das aplicações pedagógicas, e assim também um valor teórico fundamental, como esquema interpretativo da conduta humana, consciente ou automática (Lourenço Filho, 1971, p. 32).

O historiador da psicologia, Isaías Pessotti, considera essa curva como uma antecipação da curva de aprendizagem obtida por B. F. Skinner (1904-1990) alguns anos depois em seus estudos sobre o processo de aprendizagem (Pessotti, 1975).

Durante as décadas de 1920 e 1930, Lourenço Filho se tornou um dos líderes mais importantes do movimento da Escola Nova no Brasil. Em 1929, ele publicou um clássico estudo sobre a conexão desse movimento com as ciências da educação, o livro intitulado *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, revisto e reimpresso 14 vezes (Lourenço Filho, 2002). Nesse livro, a psicologia científica é apresentada como um conhecimento essencial para os educadores, suas contribuições sendo: o estudo das variações psicológicas com a idade, a diferenciação entre as características psicológicas de crianças e adultos, a descrição das semelhanças humanas e das diferenças individuais e a elaboração de um modelo genético-funcional para explicar o desenvolvimento psicológico.

O interesse em aspectos específicos da cultura brasileira foi também despertado entre os médicos que receberam estudantes brasileiros na França. Entre 1901 e 1905, médicos franceses visitaram o Brasil para estudar as doenças tropicais. O interesse do governo francês em fortalecer a representatividade da cultura francesa na América Latina levou à criação, em 1908, do

“Agrupamento de universidades e grandes escolas na França para relações com a América Latina”, dirigido pelo psiquiatra Georges Dumas, catedrático de psicologia no *Collège de France*, professor na Sorbonne desde 1902, e um dos fundadores da Sociedade Francesa de Psicologia. Entre 1908 e 1947, essa associação de instituições de ensino superior promoveu a realização de várias conferências no Brasil ministradas por professores universitários franceses envolvidos com a área da psicologia, entre eles os psiquiatras Henri Wallon (1879–1962), Pierre Janet (1859–1947), Théodore Simon (1873–1961) e Henri Piéron (1881–1964) (Melo & Campos, 2014). Wallon e Janet eram professores de psiquiatria na Sorbonne, enquanto Simon e Piéron eram especialistas em psicologia aplicada e testes mentais. Simon foi o parceiro de Alfred Binet na invenção dos testes de inteligência, e se tornou o diretor do Laboratório de Psicologia na Sorbonne após a morte de Binet, em 1911. Piéron foi o fundador do Instituto de Psicologia de Paris em 1920, e em 1928 criou o Instituto Nacional de Orientação Profissional na França, tendo sido um grande defensor da psicologia aplicada (Melo & Campos, 2014; Reuchlin, 1999).

As conferências de Georges Dumas abordavam principalmente o campo da psicologia patológica, com explicações científicas para os fenômenos místicos do espiritismo e das possessões observadas nas religiões populares do Brasil, comparando-as às manifestações patológicas observadas na França da Idade Média. Psiquiatras brasileiros estavam interessados pelos estudos de Dumas por conta de suas experiências, com dificuldades parecidas, entre os seguidores do espiritismo de Allan Kardec (bastante popular no Brasil naquela época) e das religiões populares

de origem africana (Melo, 2016). O Código Penal Brasileiro de 1890 havia tentado proibir “a prática do espiritismo, magia e seus sortilégios” (...) que afetavam a “credulidade” das pessoas, com prisão e multas, na tentativa de civilizar a população urbana e libertá-la das superstições místicas e fetichistas (Brasil, 1890). Ao mesmo tempo, psiquiatras estavam promovendo a legitimação da psicologia científica. Dumas também foi responsável pela organização do grupo francês de cientistas que estabeleceu as áreas de estudo da psicologia, antropologia e ciências sociais nas Universidades do Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo, fundadas respectivamente em 1920 e 1934, duas das primeiras universidades brasileiras (Cunha, 2007; Melo & Campos, 2014).

Naquela época, a maioria dos professores e praticantes da psicologia vinham das áreas da medicina, educação e direito. O Dicionário biográfico da psicologia no Brasil—Pioneiros (Campos, 2001) enumera 200 figuras que teriam iniciado estudos e práticas da psicologia desde o século XVI. Enquanto nos três primeiros séculos (XVI, XVII, XVIII) dezoito pioneiros foram identificados, a maioria das áreas de teologia e filosofia (os antigos missionários e professores de colégios jesuítas e de outras escolas), no século XIX eles eram graduados das áreas de medicina (36) e direito (19), interessados pela psiquiatria e medicina legal. Durante a primeira metade do século XX, a maioria dos profissionais e acadêmicos que se especializaram na área da psicologia eram graduados em medicina (28, sendo 25 homens e 3 mulheres) ou em educação (38, 10 homens e 28 mulheres). O Dicionário apresenta 20 especialistas com formação específica em psicologia ou psicanálise obtida em outros países, onde tais especializações estavam disponíveis (França,

Alemanha, Áustria, Suíça, Estados Unidos, Canadá). A maioria dos graduados nas áreas da educação e da psicologia eram mulheres, uma tendência que continuará a prevalecer na profissão após sua regulamentação legal (Bastos & Gondim, 2010; Yamamoto & Costa, 2010).

A Psicologia Ensinada nas Instituições de Ensino Superior e suas Aplicações nas Instituições de Educação, Saúde Mental e do Trabalho

Durante a década de 1920, o ensino da psicologia começou como uma disciplina independente nas instituições de ensino superior na área da educação, como na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, em 1929, e no Instituto Pedagógico de São Paulo, em 1931. Essas escolas ofereciam a formação nas ciências da educação, tanto teórica quanto prática, com o propósito de promover a racionalização da administração escolar, inspirada pelo progressivismo e pelas ideias escolanovistas (Campos, 2012a; Lourenço Filho, 2004). Os serviços psicológicos foram estabelecidos na época, associados às instituições educacionais. Dentre esses serviços, destaca-se o Laboratório de Psicologia instalado em 1929 na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, com a presença do psiquiatra francês Théodore Simon (1873–1961), na época visitando o Brasil para uma série de conferências sobre o uso de testes mentais para a organização do ensino primário e na orientação profissional. O laboratório foi posteriormente dirigido por dois ex-alunos e ex-assistentes de Édouard Claparède no

Instituto Rousseau em Genebra, a primeira instituição de ensino e pesquisa da Europa dedicada às ciências da educação em nível universitário (Hofstetter, 2010): Léon Walther (1889–1963) e Helena Antipoff (1892–1974). Um Serviço de Psicologia Aplicada (posteriormente denominado Laboratório de Psicologia Educacional), associado à Direção Geral do Ensino, em São Paulo, foi instalado em 1931 sob a direção de Noemy Silveira Rudolfer (1902–1988) com propósitos similares.

Helena Antipoff e Noemy Rudolfer foram exemplos de novas lideranças da educação no país que promoveram o papel da psicologia como a mais importante entre as ciências da educação, uma vez que essa ciência poderia fornecer aos educadores conhecimentos sobre seu principal objeto de estudo: a criança, o adolescente, o menino ou a menina para quem a educação fosse destinada. Seus trabalhos introduziram inovações na pesquisa e na prática da psicologia na educação. Com formação em Ciências da Educação em Paris e Genebra, entre 1911 e 1914, Antipoff havia trabalhado como psicóloga na União Soviética, entre 1917 e 1924, em instituições públicas projetadas para hospedar crianças abandonadas e jovens que haviam perdido suas famílias durante aqueles anos de guerra e instabilidade social, e também trabalhou como assistente de Claparède na Universidade de Genebra entre 1926 e 1929 (Campos, 2012b). Quando assumiu a direção do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, promoveu um estudo minucioso do nível de desenvolvimento mental das crianças em idade escolar e observou a forte relação entre o nível socioeconômico e os resultados dos testes de QI. Para explicar essa questão, ela propôs

sua própria definição para a inteligência medida pelos testes como “inteligência civilizada”, isto é, a:

inteligência revelada por meio desses testes é menos uma inteligência natural (como o quis Binet) que uma inteligência civilizada, mostrando, assim, que os testes se dirigem à natureza mental do indivíduo, polido pela ação da sociedade em que vive e desenvolvendo-se em função da experiência, que adquire com o tempo. (Antipoff, 1931, pp. 131–132).

Noemy Rudolfer, aluna de Lourenço Filho na Escola Normal de São Paulo, estudou com John Dewey e outros progressivistas no *Teachers' College* (escola de formação de professores) da Universidade de Columbia, em Nova York. Suas ligações ao movimento da Educação Nova na Europa e ao progressivismo educacional nos Estados Unidos, e sua dedicação ao sistema de ensino público no Brasil, as levaram a promover a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente, e das diferenças individuais, para melhorar o planejamento da educação. Com esse propósito em mente, elas dirigiram, em Minas Gerais e em São Paulo, pesquisas em psicologia educacional ao longo das décadas de 1930 e 1940, focalizadas no desenvolvimento mental, atitudes e interesses das crianças em idade escolar. Ambas defenderam também a organização de salas de aula homogêneas (em termos do nível intelectual das crianças, medido por testes de QI) nas escolas elementares, e o atendimento psicológico de crianças com

dificuldades escolares ou excepcionais em clínicas de orientação infantil (Antipoff, 1931; Rudolfer, 1931). Os fundamentos teóricos desses estudos fornecem evidências do pensamento das duas expoentes: as perspectivas genético-funcional e sociocultural de Helena Antipoff derivam da psicologia genebrina e da psicologia soviética, e as perspectivas pragmatista e funcionalista de Noemy Rudolfer foram inspiradas pelo trabalho dos intelectuais norte-americanos da Universidade de Columbia. Os laboratórios de psicologia que dirigiram foram ao mesmo tempo entidades de pesquisa, cujos trabalhos dariam continuidade à tendência já observada de produzir novos conhecimentos a respeito das características psicológicas e psicossociais das crianças e da juventude urbana brasileira, e instituições prestadoras de aconselhamento psicológico às suas famílias. O significado da expressão “laboratório de psicologia” englobava esses dois elementos (Campos, 2006).

Estabelecimentos médico-pedagógicos, onde serviços de acolhimento e de cuidado com a saúde física e psicológica de crianças e adolescentes eram oferecidos por psiquiatras e educadores, foram criados em vários estados brasileiros na época. Em Recife, Pernambuco, no ano de 1925, o psiquiatra Ulisses Pernambucano (1892-1943) criou um serviço público dedicado à orientação psicológica e seleção profissional, o Instituto de Psicologia do Recife, vinculado Departamento de Saúde e Assistência do governo estadual, onde foram realizadas adaptações de testes mentais à população brasileira. Nesse serviço, foram também realizados estudos sobre o vocabulário das crianças em idade escolar, sobre o desenvolvimento de técnicas projetivas, e

outros estudos experimentais, vários deles publicados nos Arquivos de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco, periódico editado por Pernambucano e sua equipe. Uma Escola para Crianças Anormais foi também criada, ligada à Escola Normal de Recife, e no hospital de saúde mental da região, Pernambucano conduziu um estudo epidemiológico de doenças mentais prevalentes na população negra e mestiça (Antunes, 1999; Campos, 2006; Medeiros, 2001; Pernambucano & Campos, 1932).

Outros serviços psicológicos foram implementados em meados da década de 1920. Em Salvador, Bahia, Isaías Alves (1898-1968), que havia estudado com Edward Thorndike (1874-1949) e obtido um mestrado em psicologia na Faculdade de Professores da Universidade de Columbia, ensinou sobre psicologia educacional na escola de formação de professores da região e orientou professores do ensino primário no uso de testes mentais. Ele foi responsável pela primeira adaptação da escala de inteligência Binet-Simon (versão de Cyril Burt) para a população brasileira, e estudou a evolução psicológica de seus próprios filhos. Alguns anos depois, Alves se mudou para o Rio de Janeiro e assumiu a diretoria do Serviço de Testes e Medidas ligado à escola de formação de professores local, então renomeada Instituto de Educação, sob a liderança de Anísio Teixeira, outro expoente importante do movimento da Escola Nova (Alves, 1930; Antunes, 1999).

No Rio de Janeiro, em 1934, Artur Ramos (1903-1949), psiquiatra e psicanalista formado na Faculdade de Medicina da Bahia, criou uma Seção de Ortofrenia e Higiene Mental no Instituto de Pesquisa Educacional da região, para o diagnóstico e tratamento de problemas educacionais e psicológicos das crianças. Em 1939, ele

publicou um livro intitulado *A Criança-Problema: A higiene mental na escola primária* (Ramos, 1947), no qual problemas educacionais das crianças e da juventude são abordados a partir de uma abordagem ambientalista, culturalista. A ênfase de Ramos no papel desempenhado pelo ambiente cultural no desenvolvimento da criança e do adolescente contribuiu para a elaboração de uma explicação alternativa sobre as dificuldades da aprendizagem infantil, contrária às explicações “fatalmente biológicas” baseadas na eugenia, predominante entre os psiquiatras da época (Campos, 1991).

O encontro entre psiquiatras e educadores foi repleto de tensões e trocas de procedimentos para lidar com os problemas enfrentados por esses serviços psicológicos recém-estabelecidos. Essas dificuldades são descritas por Antipoff (1937, p. 42) com certa ironia, como a seguir:

educadores e psicólogos tinham certeza de que a melhoria da infância residia na medicina; os médicos, ao contrário, davam crédito principalmente à educação e à psicoterapia. A psicanálise, particularmente, se apresentava aos servos do *Aesculapĩus* como a verdadeira salvação. Havia uma tal divergência na variedade e complexidade dos casos que lotavam os serviços (...) que os educadores estavam prontos a prescrever vermífugos, pomadas de mercúrio e iodo, e os médicos achavam necessário recomendar cuidados pedagógicos aos pais, ensinando-lhes a arte de formar hábitos morais.

O resultado do trabalho desses pioneiros na psicologia aplicada foi então acompanhado, a partir da década de 1940, pela criação de cursos e cargos em psicologia nas universidades brasileiras. A partir do trabalho conjunto de educadores e psiquiatras nas instituições educacionais e de saúde mental, a profissão de psicólogo começou a se concretizar. Os psiquiatras contribuíram com o conhecimento das doenças mentais, de um ponto de vista psicopatológico. Eles também conheciam, como Antipoff aponta, os trabalhos de Sigmund Freud (1856-1939) que estavam circulando no Brasil desde o final do século XIX. A “cura através da fala” proposta pela psicanálise era muito estimada tanto entre os psiquiatras como entre os educadores. Por outro lado, os educadores contribuíram para o tratamento de transtornos psicológicos nas crianças usando técnicas educativas e de aconselhamento. A psicologia aplicada era, na época, uma combinação de diagnósticos e tratamentos da medicina, e de procedimentos educacionais que visavam promover a adaptação da criança com dificuldades cognitivas e emocionais à família, escola e ambientes sociais. No processo de realização dos seus estudos de casos e de grandes levantamentos, os especialistas em psicologia estavam expandindo seu conhecimento sobre as características psicológicas e psicossociais da população brasileira, especialmente da população urbana, e encontrando novas maneiras de abordar seus problemas de adaptação a uma sociedade cada vez mais complexa e desigual (Borges & Campos, 2012; Campos, 2012a; Jacó-Vilela, 2014).

É interessante observar que as primeiras teses de doutorado e estudos apresentados na área da psicologia na Universidade de São

Paulo (USP) se concentravam nos aspectos psicológicos e psicossociais das diferenças culturais e raciais no Brasil. Carolina Bori (1924-2004), professora da USP e importante líder na divulgação da psicologia científica no Brasil, publicou estudos sobre as crenças populares em comunidades rurais e urbanas (Bori, 1969). Dante Moreira Leite (1927-1954), autor da primeira tese de doutorado em psicologia na mesma universidade, estudou as características psicológicas atribuídas aos brasileiros sob a ideologia da suposta existência de um “caráter nacional brasileiro” universal (Leite, 1959). Ele concluiu que essa ideologia corrobora preconceitos e exigências sociais que comprometem a consciência das contradições vigentes na sociedade brasileira. Anieli Ginsberg (1902-1986), professora de psicologia social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, estudou os interesses de crianças e adolescentes de diferentes camadas sociais, discutindo o enviesamento social dos tradicionais testes de inteligência em relação aos diferentes grupos étnicos (Bomfim, 2003; Ginsberg, 1966).

Durante as décadas de 1950 e 1960, um número expressivo de traduções de livros de referência e manuais de psicologia publicados nos Estados Unidos foram feitas no Brasil, sob a supervisão de professores universitários de psicologia que trabalhavam no Rio de Janeiro (a capital do país na época) e em São Paulo, o estado industrializado mais importante. Naquele período, a circulação das produções norte-americanas sobre psicologia e psicologia social predominaram no país, tendo tomado parte do espaço ocupado pelas teorias europeias, anteriormente dominantes (Bomfim, 2003).

A mudança da Europa para a América do Norte promoveu a circulação de teorias comportamentais, e fortaleceu a psicologia social como um campo que melhor explicaria as desigualdades sociais e os conflitos da sociedade brasileira, os quais estavam prestes a se tornar mais visíveis com a urbanização desenfreada que acompanhou o desenvolvimento dos setores industrial e terciário nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, foi exigido que os trabalhadores fossem mais bem qualificados, por conta da maior complexidade das indústrias e dos serviços. Os serviços de psicologia aplicada foram expandidos nos centros urbanos, e o uso de técnicas psicológicas de intervenção nas relações humanas cresceu de forma constante, nas instituições trabalhistas, educacionais e de saúde mental (Bomfim, 2003).

A Psicologia se torna uma Profissão

Em 1953, um grupo de profissionais que já trabalhavam na área da psicologia (dentre eles, Lourenço Filho e Mira Y López [1896-1964]) enviou uma mensagem ao ministro da educação, argumentando a favor da regulamentação da profissão de psicólogo. Eles justificaram seu pedido tendo como referência as crescentes demandas pela aplicação do conhecimento psicológico aos problemas de desajustamento das sociedades modernas, por conta das rápidas mudanças sociais. A mensagem foi seguida por um proposta de criar diplomas universitários em psicologia (um diploma de bacharelado e uma licença em psicologia), com estudos em áreas correlatas, como biologia, sociologia, antropologia cultural e higiene mental, e estudos em áreas específicas da psicologia

científica, como psicologia do desenvolvimento, psicologia diferencial, psicologia da personalidade e psicologia social. Também foi recomendado que os programas de graduação incluíssem estudos em estatística e a prática com testes e medições (Autor Desconhecido, 1954).

O psiquiatra cubano-espanhol Emilio Mira y López participou ativamente no movimento pela regulamentação da profissão. Exilado da Espanha em 1939, após a Guerra Civil, ele imigrou ao Brasil em 1945, quando foi convidado a dar cursos sobre psicologia aplicada para trabalhar em São Paulo (no Instituto de Organização Racional do Trabalho da Universidade de São Paulo — IDORT), e no Rio de Janeiro, no Instituto de Seleção e Orientação Profissional — ISOP), criado em 1947 e dirigido por Mira Y López desde 1947 a 1964. Essas duas instituições foram muito importantes para a especialização em seleção e capacitação profissional nas instituições públicas e privadas do Brasil. Mira Y López foi um grande defensor da aplicação de técnicas psicológicas nas áreas da justiça, saúde, educação, organizações de trabalho, indústrias, segurança nacional, diplomacia e no exército. No seu ponto de vista:

o Estado é um aparelho dentro do corpo nacional, que cada dia mais se vê na obrigação de intervir nas vidas dos indivíduos que constituem a nação, em aspectos os mais diversos: para a defesa de sua saúde, para a formação do seu espírito, para permitir-lhes uma organização racional da produção, para orientá-los na defesa do patrimônio nacional contra estranhos, para dar-lhes, enfim, uma orientação social. (...) No setor da

administração pública, a psicologia aplicada deve ser a ciência mais importante. (Mira y López, 1955, pp. 115-117).

Em 1962, após dez anos de debates no Congresso Nacional, a Lei 4.119 foi aprovada (Brasil, 1962), e a profissão de psicólogo foi instituída. Essa institucionalização não foi realizada sem conflitos: psiquiatras se opuseram à prática da psicoterapia por psicólogos, humanistas católicos e filósofos pensavam que os fenômenos psicológicos não deveriam ser encarados cientificamente. Apesar dessas críticas, a regulamentação da profissão foi bem-sucedida, e os psicólogos foram autorizados a utilizar métodos e técnicas psicológicas para a realização de diagnósticos psicológicos, fornecer seleção e orientação profissional, aconselhamento psicopedagógico, e trabalhar pela solução dos problemas de adaptação vivenciados por crianças, adolescentes e adultos. A direção dos serviços psicológicos, tanto em instituições públicas quanto privadas, também foi designada aos psicólogos formados nas universidades, assim como o ensino da psicologia nos diversos níveis do sistema educacional e a supervisão de profissionais e estudantes em tais serviços. Além disso, os psicólogos foram autorizados a trabalhar como consultores técnicos em instituições públicas e privadas, como peritos em assuntos psicológicos (Pereira & Neto, 2003).

A Lei 4.119 promoveu o estabelecimento de vários programas universitários para a formação de psicólogos no país, e o número de psicólogos graduados cresceu rapidamente, como se vê na Tabela 1.

Tabela 1. Número de Psicólogos Registrados no Brasil em Relação à População — 1971–2020

Ano	Número de psicólogos registrados	População brasileira (milhões)	Número de psicólogos relativo à população (psicólogos/habitante)
1971	4.248	97,48	1/22.947
1981	26.662	112,6	1/5.454
1991	120.000	151,6	1/1.263
2001	148.000	177,2	1/1.197
2016	272.214	206,2	1/751
2020	360.577	209 (est.)	1/579

Fonte: Conselho Federal de Psicologia (2020); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020)

Atualmente, existem cerca de 500 programas universitários para a formação de psicólogos no país, que concedem o diploma de psicólogo após um curso de cinco anos de estudos nas áreas de história e sistemas da psicologia, psicologia experimental, psicologia do desenvolvimento, psicologia social, psicologia clínica, e seleção e orientação profissional. Também é exigido a realização de atividades práticas nos campos da psicologia clínica, psicologia da educação,

psicologia organizacional e psicologia comunitária. A psicanálise é estudada a fundo nesses programas, principalmente sob a interpretação de Jacques Lacan (1901-1981), o psicanalista francês que propôs uma leitura psicossocial dos conceitos de Freud (Roudinesco, 2011). Outras teorias psicológicas com uma notória presença na formação dos psicólogos são a análise experimental do comportamento de Skinner (Miranda, Torres, Alves, & Cirino, 2020), a abordagem histórico-cultural da cognição humana, a abordagem cognitiva, e a abordagem humanista, centrada na pessoa, proposta por Carl Rogers (1902-1987). A psicologia social numa perspectiva histórico-cultural, com um profundo engajamento em práticas participativas para o desenvolvimento da conscientização social, no empoderamento das comunidades de baixa renda e no estudo sobre grupos minoritários brasileiros, também figura de forma bastante proeminente no currículo (Hutz, McCarthy, & Gomes, 2004).

A organização jurídica da profissão de psicólogo no Brasil foi concluída com a criação do Conselho Federal de Psicologia, pela Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971 (Brasil, 1971). A principal função do novo órgão foi definida pela “orientação, disciplinamento e controle do exercício da profissão” no país. Um código de ética para a profissão foi aprovado pelo Conselho em 1975, e posteriormente modificado em 1978, 1987 e 2005. A última versão do Código enfatiza o compromisso do profissional com a sociedade, e com os valores contrários à exclusão e discriminação social (Amendola, 2014).

Nos anos seguintes, um número crescente de programas de pós-graduação em psicologia foram criados nas principais

universidades brasileiras, conseqüentemente promovendo o desenvolvimento da pesquisa em assuntos psicológicos e a profissionalização de pesquisadores no campo da psicologia, especialmente nas áreas de psicologia social, psicologia do trabalho, e políticas públicas (33%); saúde mental (18%); desenvolvimento humano, e psicologia da educação (16%); avaliação psicológica, psicologia clínica, e psicanálise (16%); psicobiologia, processos psicológicos básicos, análise comportamental, neurociências, e processos cognitivos (14%); e outras áreas como psicologia jurídica, gerontologia, psicologia ambiental, e psicologia da família (3%). Nesses programas de pós-graduação, o estudo das características psicológicas e psicossociais da população brasileira continua a ocorrer, junto com estudos experimentais que exploram os processos psicológicos básicos, em diálogo com instituições estrangeiras (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020). A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, fundada em 1983, promove o diálogo e a organização de grupos de pesquisa interinstitucionais, com uma forte influência nas orientações políticas para a área em nível acadêmico (Gomes & Fradkin, 2015).

Em 1987, 25 anos após a regulamentação da profissão, o Conselho Federal de Psicologia promoveu um levantamento direcionado aos psicólogos brasileiros: Quem são? Onde estavam trabalhando? Quais referências teóricas e práticas guiavam seus trabalhos? O resultado do levantamento demonstrou que, naquela época, existiam 58.277 psicólogos atuando profissionalmente no país, dos quais 75% estavam trabalhando principalmente nos maiores centros urbanos da região Sudeste (Rio de Janeiro, São

Paulo, Belo Horizonte). O levantamento forneceu evidências de que 86% dos psicólogos eram mulheres, entre 22 e 39 anos de idade, a maioria casada, trabalhando meio período em serviços clínicos ou sociais, nos quais “ajudar os outros” era a característica mais importante. Entretanto, os autores observaram que essa tendência era predominantemente voltada para o indivíduo, e não para o grupo social. Os entrevistados indicaram a facilidade de se relacionar com os outros, a capacidade de ser um bom ouvinte, de resolver problemas pessoais e de oferecer conselhos como características relevantes dos psicólogos. A preocupação com o indivíduo que vivencia uma situação problemática é um aspecto valioso do comportamento de oferecer ajuda. O foco na psicologia clínica como a principal função dos psicólogos era considerada uma limitação do profissional, e a profissão era considerada elitista. Outras funções, como o trabalho em escolas, comunidades ou organizações sociais eram desvalorizadas, e os psicólogos tendiam a enxergar os problemas individuais isolados do contexto social. Por outro lado, 52% dos entrevistados se lamentaram em saber pouco sobre a função social do psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 1988).

A pesquisa fez parte de um movimento de psicólogos que começou durante a década de 1980, com o estabelecimento das primeiras organizações sindicais de psicólogos, junto da expansão de sua participação em organizações de assistência social, e da subsequente redemocratização das instituições políticas do país, em um período caracterizado, no Brasil, pela queda de um regime militar que havia dominado o país entre 1964 e 1984 (Bock, 1999). A nova constituição foi adotada em 1988, expandindo o sistema

público de bem-estar social nas áreas da educação, saúde e serviços sociais, visando promover a inclusão e a melhor qualidade de vida da população como um todo (Brasil, 1988; Carvalho, 2008).

Durante a década de 1990, a crescente percepção da necessidade de enfrentar os problemas da desigualdade social e cultural na sociedade brasileira levou ao desenvolvimento, entre os psicólogos, de um programa político que visava fortalecer o “compromisso social” dos profissionais. O “compromisso social” foi definido como uma prioridade dada à resolução dos problemas enfrentados pela maioria da população, e a extensão dos serviços psicológicos a parcelas maiores dos povos historicamente excluídos dos benefícios do estado de bem-estar social — os grupos pobres, negros, marginalizados e oprimidos (Bock, 1999). Ao mesmo tempo, a abertura de cargos nos serviços públicos para um número cada vez maior de psicólogos forçou o desenvolvimento de novas abordagens na psicologia aplicada. No contexto de expansão das políticas públicas, concebidas para cuidar e promover uma melhor qualidade de vida aos pobres, os psicólogos começaram a ser vistos como técnicos cujo papel era fundamental para a aplicação dessas políticas (Conselho Federal de Psicologia, 1992; Yamamoto & Costa, 2010). Os psicólogos ligados aos movimentos sociais e associações profissionais que fundaram, em 1986, a Federação Nacional dos Psicólogos, assumiram a defesa da democratização dos serviços psicológicos oferecidos à população.

Nos anos seguintes, os profissionais eleitos à diretoria do Conselho Federal de Psicologia aderiram ao movimento do “compromisso social”. O Conselho assumiu cada vez mais a função de orientar as práticas dos psicólogos em instituições públicas nas

áreas de saúde mental, educação, e de zelar pelos grupos marginalizados e de risco, como as crianças e jovens de rua, as pessoas vivendo em comunidades de baixa renda e nas favelas, os idosos, e assim por diante. Diretrizes para a atuação dos psicólogos em instituições públicas de bem-estar social foram emitidas pelo Conselho Federal para orientar o seu trabalho. Em 2006, o CREPOP (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas) foi criado como um departamento no Conselho Federal de Psicologia, com o propósito de promover uma melhor qualificação do trabalho de psicólogos nas instituições públicas, que lidam com a implementação das políticas públicas. Além de seu papel técnico, o CREPOP assumiu uma orientação ética e política, visando a promoção do psicólogo enquanto profissional comprometido com a garantia dos direitos humanos e a transformação social. Desde então, vários documentos de referência para a atuação de psicólogos nas políticas públicas têm sido publicados nas áreas de saúde pública, saúde do trabalhador, jurisdição familiar, esporte, dependência química, educação, trânsito, trabalhadores rurais, relações raciais e comunidades tradicionais (Bock, 1999; Conselho Federal de Psicologia, 1992; CREPOP [Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas], 2020; Ferreri, 2011). Um recente levantamento sobre a atuação dos psicólogos no Brasil (Bastos & Gondim, 2010) mostrou tendências para uma melhor distribuição dos profissionais nas várias regiões do país, e um aumento da sua participação no setor público e em organizações não governamentais (ONGs). Quase um terço dos psicólogos, após sua graduação, encontram seu primeiro emprego no setor público, dentro da rede de instituições públicas

nas áreas da saúde, educação e serviços sociais (Malvezzi, Souza, & Zanelli, 2010).

As recentes transformações da profissão podem estar promovendo o desenvolvimento de novas práticas e técnicas de intervenção mais adequadas às demandas da população de baixa renda, enraizadas nas crenças e práticas da cultura popular brasileira. O diálogo com diferentes aspectos da cultura brasileira, que é notoriamente sincrética, parece contribuir para o surgimento de inovações na área da psicologia, tornando-a mais sensível às diversas visões de mundo e de identidades sociais que a compõem, e produzindo contribuições originais com um profundo impacto na profissão. Essa tendência pode ser verificada nas publicações da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, editada pelo Conselho Federal de Psicologia desde 1982, um dos principais periódicos na área da psicologia no Brasil desde então. Uma revisão da publicação analisou os conteúdos das edições de 1979 a 2004, e observou que:

Psicologia: Ciência e Profissão revela-nos os psicólogos como profissionais que escutam a sociedade onde vivem, produtores de práticas que têm, cada vez mais, referência nesta sociedade. Nesses 25 anos, a revista registrou a produção de uma nova identidade para a Psicologia brasileira, construída a partir tanto do diálogo com os diversos campos de atuação quanto da produção de outros olhares sobre esses diversos campos, mostrando como a profissão se deslocou de uma posição mais elitista para uma outra comprometida com a ampliação dos espaços de atuação do psicólogo

junto a camadas desprivilegiadas da população brasileira, conhecida como de um maior compromisso social. (Campos & Bernardes, 2005, p. 509). Edições recentes da revista focam na pesquisa e em propostas sobre como lidar com questões psicológicas e psicossociais relativas aos povos tradicionais e indígenas (Pizzinato, Guimarães, & Leite, 2019), subjetividade em comunidades urbanas de baixa renda (Hüning, Bernardes, & Reis, 2019) e orientações sexuais e identidades de gênero (Cavalcanti, Bicalho, & Sposito, 2019). A produção de pesquisa apresentada nessas edições recentes fornece provas da tendência em escutar e empoderar os povos e comunidades em questão (Alves & Delmondez, 2015; Ferreira, 2009).

Conclusão

Neste artigo, o desenvolvimento e a circulação do conhecimento psicológico no Brasil, desde os tempos coloniais, foram percorridos, enfatizando sua relação com o contexto social e cultural. A cultura brasileira foi exibida como o resultado da interação de diversos povos — os habitantes originários da região, os indígenas, e os povos que migraram para o país e o colonizaram — os portugueses e os africanos, formando uma sociedade diversificada e desigual. Foi argumentado que essa formação diversificada da população teve um grande impacto na organização do campo da psicologia no país, principalmente no período mais recente. Os conflitos entre as culturas, e a necessidade de

compreender essa formação diversificada da população e de organizá-la em padrões culturais comuns, tornaram-se uma preocupação e um enfoque para as investigações e práticas psicológicas. Essas preocupações contribuíram para moldar o conhecimento psicológico no país e na organização da profissão de psicólogo, em diálogo com a psicologia produzida na Europa e na América do Norte.

Durante o período colonial, a introdução de conceitos psicológicos da tradição aristotélico-tomista pelos missionários tinha o propósito de educar a população e de integrá-la à cultura europeia. Durante o século XIX, essa função foi parcialmente transferida aos especialistas que ensinavam psicologia nas faculdades de medicina e de direito. No século XX, a psicologia se tornou um importante assunto na formação de professores, e a profissão de psicólogo nasceu como resultado da colaboração entre psiquiatras e educadores. A regulamentação legal e a expansão da profissão de psicólogo, durante a segunda metade do século XX, trouxeram novos desafios, e a pesquisa e as práticas em psicologia foram direcionadas para a construção do conhecimento capaz de lidar com a subjetividade da população brasileira, culturalmente diversificada.

Atualmente, os profissionais da psicologia no Brasil constituem uma das maiores comunidades de psicólogos no mundo. Percebe-se seu trabalho como fortemente influenciado por perspectivas teóricas que enfatizam a relação entre as dinâmicas socioculturais e a elaboração psicológica, visto por muitos como uma ferramenta poderosa na realização dos ideais dos direitos humanos. Entretanto, investimentos mais baixos nos serviços

públicos, propostas liberais ou conflitos sobre políticas sociais podem prejudicar essa perspectiva. Novas pesquisas devem ser feitas para acompanhar o desenvolvimento dessas tendências nos próximos anos, um tema para os futuros historiadores da psicologia.

Referências

Allport, G. W. (1968). The historical background of modern social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (2nd ed., vol. 1, pp. 1–80). Reading, MA: Addison-Wesley.

Alves, C. B., & Delmondez, P. (2015). Contribuições do pensamento decolonial à psicologia *política*. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 647-661.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&tlng=pt

Alves, I. (1930). *Os testes e a reorganização escolar*. Bahia, Brasil: A Nova Graphica.

Amendola, M. F. (2014). *História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 660–685. <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/issue/view/787>>

Antipoff, H. (1931). *O desenvolvimento mental das crianças de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Brasil: Secretaria de Educação e Saúde Pública (Boletim 7).

Antipoff, H. (1937). *Círculo de estudos médico-pedagógicos. Infância Excepcional 3*. Belo Horizonte, Brasil: Belo Horizonte.

Antunes, M. A. M. (1999). *A psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo, Brasil: EDUC/Unimarco.

Assis, R. M., & Peres, S. P. (Eds.). (2016). *História da psicologia: Tendências contemporâneas*. Belo Horizonte, Brasil: Artesã.

Autor desconhecido. (1954). O problema da regulamentação da profissão de psicologista e da *formação regular de profissionais nesse gênero*. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 6(2), 45–50.
<<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/issue/view/1044>>

Azevedo, F. de. (1996). *A cultura Brasileira* (6a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Editora UFRJ. (Edição original de 1943, reedição da 3a edição, revista e modificada em 1958).

Bastide, R. (2001). *O candomblé da Bahia*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. (Eds.). (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Bock, A. M. B. (1999). A psicologia a caminho do novo século: Identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 4(2), 315–329. <<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>>

Bomfim, E. (2003). *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte, Brasil: Edições do Campo Social.

Bomfim, E., Carneiro, T. F., Campos, R. H. F., & Dias, M. G. (1995). Pós-graduação em psicologia no Brasil. In Conselho Federal de Psicologia, *Psicologia no Brasil: Direções epistemológicas* (pp. 111–149). Brasília, Brasil: Conselho Federal de Psicologia.

Bomfim, M. (1905). *América Latina: Males de origem*. Rio de Janeiro, Brasil: Garnier.

Borges, A. A. P., & Campos, R. H. F. (2012). La confluence des pratiques médicales et pédagogiques dans la construction de la psychologie appliquée au Brésil: L'exemple du Cabinet Médico-pédagogique de la Société Pestalozzi de Minas Gerais (1933–1943). *Interamerican Journal of Psychology*, 46(1), 123–134. <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/187/pdf>>

Bori, C. M. (1969). Famílias de categoria baixa e média de status social de centros urbanos. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo.

Boring, E. G. (1950). *A history of experimental psychology* (2a ed.). New York, NY: Appleton Century Crofts. (Trabalho original publicado em 1929.)

Brasil. (1890). Código penal 1890. Decreto no 847, de 11 de outubro de 1890.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>

Brasil. (1962). Lei n. 4119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm>.

Brasil. (1971). Lei n. 5.766, de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm>.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Brožek, J. M. (1999). From “psichiologia” to “psychologia”: A graphically documented archival study across three centuries. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 35(2), 177–180.

Campos, R. H. F. (1991). Contexto socio-cultural e tendências da pedagogia psicanalítica na *Europa Central e no Brasil (1900–1940)*. Belo Horizonte, Brasil: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Campos, R. H. F. (2006). Scientific psychology in Brazil in the 20th century: The dialogue with European researchers, a look at Brazilian culture and a successful process of professionalization. *Physis - Rivista Internazionale di Storia Della Scienza*, 43(1–2), 301–317.

Campos, R. H. F. (2012a). *Helena Antipoff: Uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Miguel de Cervantes.

Campos, R. H. F. (2012b). Helena Antipoff: A quest for democracy and human rights with the help of psychological science. In W. Pickren, D. A. Dewsbury, & M. Wertheimer (Eds.), *Portraits of pioneers of developmental psychology* (pp. 51–65). New York, NY: Psychology Press.

Campos, R. H. F. (Ed.). (2001). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: Pioneiros*. Brasília, Brasil: Conselho Federal de Psicologia.

Campos, R. H. F., & Bernardes, L. H. G. (2005). A revista Psicologia: Ciência e Profissão: Um registro da história recente da psicologia brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 508–525. <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932005000400002>>

Campos, R. H. F., Jacó-Vilela, A. M., & Massimi, M. (2010). Historiography of psychology in Brazil: Pioneer works, recent developments. *History of Psychology*, 13, 250–276.

Carvalho, J. M. (2008). *Cidadania no Brasil: O longo caminho* (11a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.

Cavalcanti, C. S., Bicalho, P. P. G., & Sposito, S. E. (2019). O lugar da psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe. 3), e062019.
<<https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000062019>>.

Centofanti, R., & Tomasini, M. B. (2014). O livro dos cem anos do Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo. São Paulo, Brasil: Edição do autor.

Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas. (2020). CREPOP <<http://crepop.pol.org.br/cat/publicacoes/referencias-tecnicas>>.

Cirino, S. D., & Miranda, R. L. (2015). The role of a laboratory of experimental psychology in the Brazilian education renewal of the 1930s. *History of Psychology*, 18(1), 69–77.
<<https://doi.org/10.1037/a0038446>>

Conselho Federal de Psicologia. (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo, Brasil: EDICON.

Conselho Federal de Psicologia. (1992). *Psicólogo brasileiro: Construção de novos espaços*. Campinas, Brasil: Editora Átomo.

Conselho Federal de Psicologia. (1995). *Psicologia no Brasil: Direções epistemológicas*. Brasília, Brasil: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia. (2020). Conselho Federal de Psicologia <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2020). Ministério da Educação <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=37&areaConhecimento=70700001>>.

Cunha, L. A. C. R. (2007). *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas* (3a ed.). São Paulo, Brasil: UNESP. <<https://play.google.com/store/books/details?id=Y9AjCgAAQB AJ&pli=1>>

Danziger, K. (2006). Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In A. C. Brock (Ed.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 208–225). New York: New York University Press.

Danziger, K. (2013). Psychology and its history. *Theory & Psychology*, 23(6), 829–839.
<<http://dx.doi.org/10.1177/0959354313502746>>.

Dent, N. J. H. (1996). *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Facchinetti, C., & Jacó-Vilela, A. M. (2019). Psychology in Brazilian assistance to the insane: First half of the 20th century. *Universitas Psychologica*, 18(5), 1–15.
<<http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.upsy18-5.pbai>>

Fávero, M. L. de Albuquerque. (2006). A universidade no Brasil: Das origens à Reforma *Universitária de 1968*. Educar em Revista, (28), 17–36. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>>

Fernandes, F. (1963). *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo, Brasil: Difusão Europeia do Livro.

Ferreira, M. R. (2009). Inventamos ou erramos: Sobre a necessidade de combater o colonialismo cultural e promover uma Psicologia brasileira e latino-americana. In A. M. B. Bock (Ed.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 255–275). São Paulo, Brasil: Cortez.

Ferreri, M. F. (2011). *Psicologia e direitos da infância: Esboço para uma história recente da profissão no Brasil*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

França, E. F. (1973). *Investigações de psicologia* (2a ed.). São Paulo, Brasil: Grijalbo, Ed. Universidade de São Paulo. (Trabalho original de 1854.)

Freyre, G. (1958). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de F. H. Cardoso. 48a edição. São Paulo, Brasil: Global.

Ginsberg, A. (1966). *Psicologia da sociedade*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Gomes, L. (2019). *Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro, Brasil: Globo.

Gomes, W. B., & Fradkin, C. (2015). Historical notes on psychology in Brazil: The creation, growth and sustenance of postgraduate education. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(S), 2–13. <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.2015284002>>

Hacking, I. (1999). *The social construction of what?* Cambridge, MA: Harvard University Press.

Hilgard, E. R. (1987). *Psychology in America: A historical survey*. New York, NY: Hartcourt Brace Jovanovich.

Hofstetter, R. (2010). *Genève: Creuset des sciences de l'éducation*. Geneva, Switzerland: Droz.

Hüning, S. M., Bernardes, A. G., & Reis, C. (2019). Psicologia, territorialidades e violências. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe. 2), e042019. <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000042019>>

Hutz, C. S., McCarthy, S., & Gomes, W. (2004). Psychology in Brazil: The road behind and the road ahead. In M. J. Stevens & D. Wedding (Eds.), *Handbook of international psychology* (pp. 151–168). New York, NY: Brunner-Routledge.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>>

Jacó-Vilela, A. M. (2014). Psychological measurement in Brazil in the 1920s and 1930s. *History of Psychology*, 17(3), 237–248. <<http://dx.doi.org/10.1037/a0035333>>

Jacó-Vilela, A. M., Esch, C. F., Coelho, D. A. M., & Rezende, M. S. (2004). Os estudos médicos no Brasil do século XIX. Contribuições à Psicologia, *Memorandum*, 7, 138–150.

Jodelet, D. (2015). *Représentations sociales et modes de vie*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines.

Kelley, D. R. (2002). Intellectual history and cultural history: The inside and the outside. *History of the Human Sciences*, 15(2), 1–19.

Lakatos, I. (1989). *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid, Spain: Alianza Ed.

Leite, D. M. (1959). *O caráter nacional do brasileiro* (tese de Doutorado). São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo.

Lévi-Strauss, C. (2007). *Tristes tropiques*. Paris, France: Plon. (1a ed. 1955.)

Lourenço Filho, M. B. (1971). Contribuição ao estudo experimental do hábito. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(3), 21–32. (Original 1927.)

Lourenço Filho, M. B. (2002). *Introdução ao estudo da Escola Nova* (14a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (1a ed. 1929.)

Lourenço Filho, M. B. (2004). A psicologia no Brasil (1955). In M. Antunes (Ed.), *A psicologia no Brasil: Primeiros ensaios* (pp. 71–108). Rio de Janeiro, Brasil: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Machado, R., Loureiro, A., Luz, R., & Muricy, K. (1978). *Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.

Malvezzi, S., Souza, J. A., & Zanelli, J. C. (2010). Inserção no mercado de trabalho: Os psicólogos recém-formados. In A. V. B. Bastos & S. M. Gondim (Eds.), *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 85–106). Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Massimi, M. (1990). História da psicologia brasileira: Da época colonial até 1934. São Paulo, Brasil: EPU.

Massimi, M. (2020). Psychological knowledge in Brazilian culture. *Oxford research encyclopedia of psychology*.
<<http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.658>>

Massimi, M., & Guedes, M. do Carmo. (Eds.). (2004). *História da psicologia no Brasil: Novos estudos*. São Paulo, Brasil: EDUC & Cortez Ed.

Medeiros, J. A. (2001). *Ulisses Pernambucano*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago, CFP.

Medeiros, M. de. (1907). *Métodos em psicologia* (tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Melo, C. S. B. (2016). Légitimation, application et formation: Les missions scientifiques françaises au Brésil dans le domaine de la

psychologie (1908–1947) (tese de Doutorado, orientada por J. Carroy & R. H. F. Campos). Paris, France: École des Hautes Études em Sciences Sociales.

Melo, C. S. B., & Campos, R. H. F. (2014). Scientific exchanges between France and Brazil in the history of psychology: The role of Georges Dumas between 1908 and 1946. *Universitas Psychologica*, 13(5), 1681–1695.

Mira y López, E. (1955). Aplicações da psicologia no campo das atividades estatais. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 7(2), 115–126. <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13664/12565>>

Miranda, R. L., Torres, J. A., Alves, R. G., & Cirino, S. D. (2020). Indigenization of behavior analysis in Brazil. *Oxford research encyclopedia of psychology*. <<http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.688>>

Morawski, J. (2020). Reflexivity and the history of psychology. *Oxford research encyclopedia of psychology*. <<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.469>>

Nicolas, S. (2001). *Histoire de la psychologie*. Paris, França: Dunod.

Nóbrega, P. M. da. (2006). Diálogo sobre a conversão do gentio. *MetaLibri*. Reproduzido por Sálvio Marcelo Soares.

Olinto, P. (2004). A psicologia experimental no Brasil (1944). In M. Antunes & A. M. Mitsuko (Eds.), *História da psicologia no Brasil: Primeiros ensaios* (pp. 25-32). Rio de Janeiro, Brasil: EDUERJ, Conselho Federal de Psicologia.

Pereira, F., & Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19–27.
<<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000200003>>

Pernambucano, U., & Campos, H. (1932). As doenças mentais entre os negros de Pernambuco. *Arquivos de Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, 2(1), 120–127.

Pessotti, I. (1975). Dados para uma história da psicologia no Brasil. *Psicologia*, 1(1), 1–14.

Pickren, W., & Rutherford, A. (2010). *A history of modern psychology in context*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Pizzinato, A., Guimarães, D. S., & Leite, J. F. (2019). Psicologia, povos e comunidades tradicionais e diversidade etnocultural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe.), e032019.
<<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000032019>>

Ramos, A. (1947). *A criança-problema: A higiene mental na escola primária* (3a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Casa do Estudante do Brasil.

Reuchlin, M. (1999). *Histoire de la psychologie* (18a ed.). Paris: Presses Universitaires de France.

Ribeiro, D. (2015). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Global.

Robinson, D. N. (2013). Historiography in psychology: A note on ignorance. *Theory & Psychology*, 23(6), 819–828.
<<http://dx.doi.org/10.1177/0959354313499426>>

Rocha, N. M. D. (2004). A Faculdade de Medicina da Bahia e a preocupação com questões de ordem psicológica no oitocentos. In M. Massimi & M. do Carmo Guedes (Eds.), *História da psicologia no Brasil: Novos estudos* (pp. 89–108). São Paulo, Brasil: EDUC, Cortez.

Roudinesco, E. (2011). *Lacan, envers et contre tout*. Paris, France: Seuil.

Rudolfer, N. S. (1931). *Introdução à psicologia educacional*. São Paulo, Brasil: Nacional.

Saviani, D. (2010). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, Brasil: Autores Associados.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870–1930)*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Skidmore, T. (2004). Brazil's persistent income inequality: Lessons from history. *Latin American Politics and Society*, 46(2), 133–150. <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1548-2456.2004.tb00278>>

Souza, P. H. G. F. (2018). A history of inequality: Top incomes in Brazil, 1926–2015. *Research in Social Stratification and Mobility*, 57, 35–45. <<https://doi.org/10.1016/j.rssm.2018.07.003>>

Vidal, F. (2011). *The sciences of the soul: The early modern origins of psychology*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Viveiros de Castro, E. (2002). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Brasil: Cosac Naify.

Yamamoto, O. H., & Costa, A. L. F. (Eds.). (2010). *Escritos sobre a profissão do psicólogo no Brasil*. Natal, Brasil: EDUFRN. http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/Escritos-prof-psicologo-no_Brasil.pdf.

Lista de Autores

Pesquisadores

Adrian Brock

PhD em psicologia pela York University em Toronto, Canada e atualmente aposentado, foi docente na Oglethorpe University in Atlanta, University College Dublin, Irlanda, e Universidade de Cape Town, África do Sul. Autor de inúmeros livros, artigos, análises, entre outros, tem uma vasta e importante obra para a história da psicologia.

André Elias Morelli Ribeiro

Docente no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e do programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ). É doutor em psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e coordenador do projeto Portal História da Psicologia, além de ser o editor da Editora do Portal História da Psicologia.

Carolina Silva Bandeira de Melo

Docente na Universidade Federal de Viçosa, é doutora pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em cotutela com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Daniele Corrêa Ribeiro

Coordenadora do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal Nise da Silveira, é historiadora e História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz.

Kurt Danziger

É considerado um dos maiores historiadores da psicologia, com uma vasta obra reconhecida internacionalmente e tida como central para o desenvolvimento do campo da história da psicologia. Atualmente está aposentado.

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos

Docente na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE), é doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Além de sua produção acadêmica, participa de várias Sociedades e Associações científicas no campo da história da psicologia.

Regina Helena de Freitas Campos

Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, atua e atuou em vários programas de pós-graduação. Fundadora da Sociedade Brasileira de História da Psicologia, presidente do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff. Em 2018, recebeu prêmio do Conselho Federal de Psicologia por sua contribuição à construção da profissão de psicóloga no Brasil. Em 2020, foi contemplada com o *Career Achievement Award* concedido pela Society for the History of Psychology, Division 26 da American

Psychological Association, por sua contribuição à pesquisa em história da psicologia. Já publicou 72 artigos científicos, 65 capítulos de livro, e escreveu ou organizou 27 livros. Orientou até o presente 26 teses de doutorado e 23 dissertações de mestrado. É membro do Conselho Editorial dos periódicos *History of Psychology*, *Psicologia e Sociedade*, *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *Memorandum*, entre outros.

Wilma Fernandes Mascarenhas

Faz mestrado em história das ciências no programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ), atua no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, no Rio de Janeiro.

Discentes e Outros Colaboradores

Alessandra Costa de Souza

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Anna Clara Domingues Cabral de Andrade

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Artur Medeiros Leite

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Clara Lyra Santos

Discente de psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo

Gabriel Siqueira Alves

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Gunther Mafra Guimarães

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Isadora Melquiades Santos Costa

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Jessica de França Santana

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Júlia Fernandes da Silva

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Júlia Tavares Chahestian

Discente de psicologia na Universidade Federal de São Carlos

Kamilly Gomes da Silva

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Maria Clara Ribeiro Colli
Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em
Rio das Ostras